

AMBIENTE

Parque do Iguaçu pode perder título da Unesco

Marcos Gomes/AE - 12/9/2000

Estrada que corta o local pode tirar o status de Patrimônio Natural da Humanidade

MAURI KÖNIG

Especial para o Estado

FOZ DO IGUAÇU – O Parque Nacional do Iguaçu pode perder, ainda este mês, o status de Patrimônio Natural da Humanidade, conferido pela Unesco em 1986. A mesma entidade, que no ano passado incluiu o parque na lista dos Patrimônios Mundiais em Perigo, estuda agora retirar o título por causa do descaso do governo brasileiro em preservar a área. O motivo é o não-cumprimento de ordem judicial para o fechamento da Estrada do Colono, uma via de 17,6 quilômetros que corta a mata de norte a sul.

Esse caso de agressão ambiental será discutido nos dias 27 e 28, em Cairns, Austrália, em reunião do World Heritage Committee, ligado à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). A questão pode comprometer as pretensões brasileiras de conseguir o mesmo título para outros sete parques nacionais até 2002. Os primeiros da lista são o Parque Nacional do Jaú (AM) e o Pantanal (MS).

O próprio parque, onde estão localizadas as Cataratas do Iguaçu, poderá sofrer sanções econômicas, além da perda do prestígio e queda de turistas. Sem o título, serão suspensos créditos externos destinados a projetos de conservação ambiental. Por ano, é uma quantia que gira entre US\$ 200 mil e US\$ 300 mil. “É uma barbárie. Isso reflete a baixa cultura histórica de preservação da população do nosso País”, afirma Miguel Milano, coordenador do 2.º Congresso Brasileiro



Parque Nacional do Iguaçu: questão será discutida na Austrália

DISPUTA PELO VERDE

1939	Criado o Parque Nacional do Iguaçu
1954	É aberta a Estrada do Colono, cortando o parque de norte a sul
1981	Ambientalistas lutam pelo fechamento da estrada
1986	Unesco confere ao parque o título de Patrimônio Natural da Humanidade
1987	Justiça determina fechamento imediato da via
1997	Moradores invadem o local, que passa a ter cobrança de pedágio
1999	Unesco considera o parque como área de risco
2000	Em janeiro, Justiça determina nova desocupação da estrada

de Unidades de Conservação, que vai ser realizado nos dias 5 a 9, em Campo Grande, e colocará o tema em discussão.

A disputa pelo parque é histórica. Em 1954, o governo do Paraná abriu a estrada dentro da mata para favorecer a colonização do oeste por imigrantes gaúchos e catarinenses.

Com a pressão de ambientalistas, em 1986, o trecho foi interditado por força de uma ação do Ministério Público Federal. Depois de dez anos fechada e já com a vegetação começando a se reconstituir, moradores da região invadiram o local e reabriram a via.

No mesmo ano, foi criada a

Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono (Aipopec), que defende a liberação da via. Em janeiro de 1997, o leito foi revestido de cascalho e instituiu-se a cobrança de pedágio para veículos. Os moradores chegaram a se retirar por causa de parecer do Superior Tribunal de Justiça. Contudo, meses depois a comunidade voltou a ocupar a via, que permanece aberta até hoje. As Polícias Federal e Rodoviária Federal alegam que não têm estrutura para realizar a interdição.

Atalho – O advogado da Aipopec, Pedro Henrique Xavier, reconhece o risco da perda do título concedido pela Unesco, mas alega que até hoje não ficou comprovado que a rodovia cause danos ao meio ambiente. Ele argumenta que no lado argentino do parque existe uma estrada semelhante, em funcionamento há mais de 40 anos. A defesa pela via tem uma razão: ela encurta em cerca de 120 quilômetros a ligação entre as regiões oeste e sudoeste do Paraná.

Em janeiro, a Justiça Federal do Paraná pediu um laudo técnico sobre o impacto ambiental causado pela rodovia. A Procuradoria do Ibama colocou o trabalho sob suspeição depois de comprovar que os dois peritos nomeados tiveram despesas custeadas pela Aipopec durante a pesquisa. É com base nessa perícia que a entidade está pedindo à 1.ª Vara Federal do Paraná a reabertura legal da Estrada do Colono.

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, José Pedro Costa, afirmou que desconhece a inclusão do problema do parque na pauta de discussão do comitê da Unesco. “O risco existe, mas eu acredito que não deve ser discutido agora”, limitou-se a dizer.